

Informe
Anual
2016





Demonstraciones
financieras em
31 de dezembro
de 2016
e relatório
do auditor
independente
Gas Natural
São Paulo Sul S.A.

Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras Pág. 04

Demonstrações financeiras de acordo
com as práticas contábeis adotadas
no Brasil em 31 de dezembro de 2016 Pág. 06

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gas Natural São Paulo Sul S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gas Natural São Paulo Sul S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Claudia Eliza Medeiros deMiranda
Contadora CRC 1RJ087128/O-0 “S” SP

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

Ativo	2016	2015
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	64.047	4.450
Contas a receber de clientes (Nota 8)	88.680	72.767
Estoques (Nota 9)	1.194	1.230
Tributos a recuperar (Nota 10)	11.135	17.773
Partes relacionadas (Nota 11)		2.518
Outros ativos	493	194
	165.549	98.932
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Tributos a recuperar (Nota 10)	3.923	6.594
Débitos restituíveis (Nota 12)		328
Ativos fiscais diferidos (Nota 13(a))	4.225	4.880
Depósitos judiciais (Nota 19)	1.029	910
	9.177	12.712
Intangível (Nota 14)	641.056	638.625
Diferido (Nota 15)	1.176	2.595
	651.409	653.932
Total do ativo	816.958	752.864

Passivo e patrimônio líquido	2016	2015
Circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	73.251	2.384
Fornecedores (Nota 17)	37.302	44.978
Obrigações trabalhistas a pagar	1.303	1.275
Tributos a pagar (Nota 18)	4.706	6.564
Imposto de renda e contribuição social a pagar (Nota 13)	5.593	
Partes relacionadas (Nota 11)	1.805	1.118
Juros sobre capital próprio a pagar (Nota 21.2(c))	27.431	9.723
Outros passivos	1.923	1.427
	153.314	67.469
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	29.891	69.473
Provisão para contingências (Nota 19)	5.312	5.599
	35.203	75.072
Total do passivo	188.517	142.541
Patrimônio líquido (Nota 21)		
Capital social	584.923	584.923
Reservas de lucros	43.518	25.400
	628.441	610.323
Total do passivo e patrimônio líquido	816.958	752.864

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2016	2015
Receita líquida (Nota 22)	492.991	474.264
Custo do serviço (Nota 23)	(357.269)	(395.670)
Lucro bruto	135.722	78.594
Despesas gerais e administrativas (Nota 25)	(58.099)	(52.927)
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 26)	(5.431)	(5.465)
Lucro operacional	72.192	20.202
Receitas financeiras	3.913	4.418
Despesas financeiras	(12.742)	(5.255)
Resultado financeiro, líquido (Nota 24)	(8.829)	(837)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	63.363	19.365
Imposto de renda e contribuição social – Correntes (Nota 13(d))	(11.989)	(1.970)
Imposto de renda e contribuição social – Diferidos (Nota 13(d))	(655)	(1.718)
Lucro líquido do exercício	50.719	15.677
Quantidade de lote de mil ações em circulação	595.800	595.800
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações	85,13	26,31

Além do lucro líquido do exercício, não existiram outros resultados abrangentes. Dessa forma, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Expansão	Dividendo adicional proposto		
Em 31 de dezembro de 2014	584.923	16.439	3.007	45.508		649.877
Dividendos adicionais aprovados				(45.508)		(45.508)
Lucro líquido do exercício					15.677	
Destinação do lucro:						
Reserva legal		784			(784)	
Juros sobre o capital próprio (R\$ 16,32 por lote de mil ações)					(9.723)	(9.723)
Destinação de resultado definido em AGOE (Abril de 2016)				5.170	(5.170)	
Em 31 de dezembro de 2015	584.923	17.223	3.007	5.170		610.323
Dividendos adicionais aprovados				(5.170)		(5.170)
Lucro líquido do exercício					50.719	50.719
Destinação do lucro:						
Reserva legal		2.536			(2.536)	
Juros sobre o capital próprio (R\$ 46,04 por lote de mil ações)					(27.431)	(27.431)
Destinação de resultado a definir em AGOE (Abril de 2017)				20.752	(20.752)	
Em 31 de dezembro de 2016	584.923	19.759	3.007	20.752		628.441

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	63.363	19.365
Ajustes		
Amortizações do intangível e diferido	37.549	36.755
Resultado na baixa do intangível		130
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos	14.861	7.298
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	448	657
Provisão para contingências	(287)	526
	115.934	64.731
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(16.361)	4.298
Estoques	36	(175)
Tributos a recuperar e diferidos	13.289	(654)
Outros ativos	(299)	94
Débitos restituíveis	328	-
Depósitos judiciais	(119)	254
Fornecedores	(7.676)	(3.342)
Obrigações trabalhistas a pagar	28	235
Tributos a pagar	(8.909)	(5.439)
Partes relacionadas	3.205	(1.755)
Outros passivos	496	389
Caixa proveniente das operações	99.952	58.636
Juros pagos	(13.576)	(5.366)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.325)	(3.500)
Caixa Líquido proveniente das atividades operacionais	83.051	49.770
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de intangível	(38.561)	(61.067)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(38.561)	(61.067)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Ingresso de empréstimos	30.000	30.000
Dividendos Pagos	(13.435)	(56.169)
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(1.458)	(4.509)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	15.107	(30.678)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	59.597	(41.975)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.450	46.425
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	64.047	4.450

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Gas Natural São Paulo Sul S.A. (a “Companhia” ou GNSPS) foi constituída com o objetivo de explorar serviços públicos de distribuição de gás canalizado, incluindo pesquisa, produção, aquisição, armazenamento, transporte, transmissão, exploração, distribuição e comercialização de gás combustível, de produção própria ou de terceiros na região Sul do Estado de São Paulo.

A Gas Natural São Paulo Sul S.A. é controlada pelo Grupo Gas Natural Fenosa cuja a sede é em Barcelona – Espanha.

A concessão obtida junto à Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE, sucedida a partir de 7 de dezembro de 2007 pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, tem o prazo de 30 anos a partir do ano 2000, podendo ser renovada por mais 20 anos (Nota 20).

A emissão destas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada por sua Administração, em 13 de março de 2017.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.1.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A seguir indicamos as alterações que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de Janeiro de 2017, que não tiveram impactos materiais para a Companhia:

CPC 27 (Ativo Imobilizado) e CPC 04 (Ativo Intangível) – Esclarece que a depreciação de um item do ativo imobilizado com base na receita gerada pelo uso do ativo não é apropriada. Esclarece também que, somente em raras circunstâncias, a amortização de um ativo intangível com base na receita gerada pelo uso do ativo pode ser adequada, a depender da correlação entre a receita e o consumo dos benefícios econômicos gerados.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os instrumentos financeiros existentes no ativo da Companhia são representados por caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas e outros ativos, excluindo pagamentos antecipados, e foram classificados como empréstimos e recebíveis.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis e os títulos mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3.4 *Impairment* de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor (mais de 6 meses de atraso);
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante de perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.4 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela distribuição de gás canalizado, venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa "PCLD" (*impairment*). Na prática, as contas a receber são reconhecidas pelos valores faturados, pois não contêm um componente de financiamento significativo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber e cheques a depositar, os quais são apresentados líquidos das respectivas provisões.

2.5 Estoques

Referem-se, principalmente, a itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

2.6 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço e sobre o lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 13).

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.7 Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando for vinculado a tributo com exigibilidade suspensa e não houver possibilidade de resgate desses depósitos sem a liquidação concomitante do correspondente passivo.

2.8 Intangíveis

(i) Concessão para exploração de serviços públicos

Demonstrado pelo custo de aquisição, esse valor é amortizado linearmente em 28 anos, a partir da data em que os benefícios começaram a ser gerados. Essa concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a sua vigência.

(ii) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização. A amortização é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrantes da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

(iii) Programas de computador (softwares)

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

(iv) Servidão de passagem

Os gastos com servidão de passagem são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 14.

2.9 Diferido

(i) Despesas pré-operacionais

Os custos com implantação e pré-operacionais até 31 de dezembro de 2008 foram capitalizados e são amortizados usando-se o método linear, no período de até dez anos, a partir da data em que os benefícios começaram a ser gerados.

(ii) Instalações internas – captação

Referem-se aos gastos com instalações e equipamentos em residências, comércios e indústrias para captação de novos clientes e expansão dos negócios incorridos até 31 de dezembro de 2008.

Conforme Lei nº 11.941/09 e o Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, esses gastos permaneceram registrados no ativo diferido até sua amortização total. Os valores são amortizados conforme taxa demonstrada na Nota 15.

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto eventual ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. Não foi identificada qualquer perda a ser reconhecida até 31 de dezembro de 2016 em decorrência dessa avaliação.

2.11 Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Normalmente, as contas a pagar aos fornecedores são reconhecidas pelos valores faturados, pois não contêm um componente de financiamento significativo.

2.12 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros

para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14 Benefícios a empregados

(i) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

(ii) Planos de contribuição definida

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

2.15 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em assembleia geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.17 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O reconhecimento da receita ocorre quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido ao cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

(b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizado, como aquecedores e acessórios. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

(c) Serviços de construção

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato de a Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo do serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.18 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- CPC 48/IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1 de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração entende que as novas orientações do IFRS 9 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros, bem como na contabilização das relações de *hedge*. A Companhia ainda não concluiu a avaliação detalhada de como as provisões de *impairment* serão afetadas pelo novo modelo. Embora não se espere um impacto relevante, a sua aplicação irá provavelmente antecipar o reconhecimento de perdas.

- CPC 47/IFRS 15 – “Receita de Contratos com Clientes” – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 – “Contratos de Construção”, IAS 18 – “Receitas” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos da adoção da nova norma, mas já identificou as principais áreas que serão afetadas.

- IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a GNSPS.

3 Estimativas e premissas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com

probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Reconhecimento da receita de venda de gás

Para a mensuração da receita pela venda de gás é efetuada estimativas para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período (Nota 8). A receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 47.296 (em 2015 de R\$ 35.762).

(b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber, sendo considerado o prazo de 180 dias.

(c) Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros sejam consumidos pela Companhia. A Companhia revisa a vida útil desses ativos ao final de cada exercício.

(d) Passivo contingente

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Podem ser usados instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Econômico-Financeira da Companhia identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

O risco de volatilidade no preço do gás distribuído a que a Companhia está exposta é reduzido, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos de gás distribuído, inclusive com ajustes extemporâneos em caso de variação significativa no custo de gás. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas. Em 31 de dezembro de 2016, não existia nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição dessas taxas de juros.

(a) Risco de mercado

(i) Risco com taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não possuía empréstimos em moeda estrangeira.

(ii) Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não possuía nenhum contrato com a finalidade de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de operação para sua proteção.

Em 31 de dezembro de 2016, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 0,25%, considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, o lucro do exercício após o cálculo do imposto de renda e da contribuição social apresentaria variação negativa de R\$ 170, principalmente, em decorrência de despesas de juros mais altas ou mais baixas nos empréstimos de taxa variável.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentes e renomadas no mercado – instituições financeiras de primeira linha. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente. As Notas 6 e 8 trazem divulgação adicional sobre risco de crédito.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A Companhia monitora suas previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O excesso de caixa mantido é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na nota 7, são divulgados os ativos que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo demonstra os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são do fluxo de caixa não descontados.

	Menos de um ano	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2016		
Fornecedores	37.302	
Empréstimos e financiamentos	78.477	36.754
Contas a pagar – partes relacionadas	1.805	
Em 31 de dezembro de 2015		
Fornecedores	44.978	
Empréstimos e financiamentos	2.557	91.370
Contas a pagar – partes relacionadas	1.118	

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	2016	2015
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 16)	103.142	71.857
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(64.047)	(4.450)
Dívida líquida	39.095	67.407
Total do patrimônio líquido	628.441	610.323
Total do capital	667.536	677.730
Índice de alavancagem financeira	6%	10%

O índice de alavancagem financeira em 2016 se manteve estável em comparação com o último ano. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos. A Companhia considera como ponto de equilíbrio um índice de alavancagem financeira de até 50%, sendo assim, o índice de 2016 está dentro da expectativa da Administração.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos dos empréstimos e recebíveis no ativo e dos outros passivos financeiros, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos.

5 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros existentes no ativo da Companhia são representados por caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas e outros ativos, excluindo pagamentos antecipados. Os existentes no passivo são representados por empréstimos, fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações estatutárias.

	Empréstimos e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2016		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	64.047	64.047
Contas a receber de clientes	88.680	88.680
Outros ativos	291	291
	153.018	153.018

	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2016		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	103.142	103.142
Fornecedores	37.302	37.302
Outros passivos	1.923	1.923
Partes relacionadas	1.805	1.805
	144.172	144.172

	Empréstimos e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2015		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	4.450	4.450
Contas a receber de clientes	72.767	72.767
Outros ativos	172	172
Partes relacionadas	2.518	2.518
	79.907	79.907

	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2015		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	71.857	71.857
Fornecedores	44.978	44.978
Outros passivos	1.427	1.427
Partes relacionadas	1.118	1.118
	119.380	119.380

6 Qualidade do Crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos com rating AAA.

Em relação às contas a receber, a Companhia possui uma carteira de 65.737 clientes dos segmentos residencial, comercial, industrial e veicular, não havendo concentração significativa em nenhum de seus clientes, diluindo, assim, o risco de inadimplência.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa e contas correntes bancárias (i)	32.032	4.450
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (ii)	32.015	
	64.047	4.450

(i) Houve um aumento de caixa proveniente das atividades operacionais em função do reajuste tarifário citado na nota 22 e um custo menor na compra de gás, conforme contrato firmado com a Petrobras (Nota 12). Além disso, em 2016 também houve menor investimento na aquisição de intangível em comparação ao ano anterior, principalmente devido ao encerramento da construção de rede no município de Botucatu em 2015.

(ii) Referem-se a aplicações em CDB – Certificado de Depósito Bancário em instituições financeiras de primeira linha, que foram remunerados à taxa média de 98,0% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário em 2016. Essas aplicações têm liquidez diária e podem ser sacadas a qualquer momento, tanto parcialmente quanto em sua totalidade sem mudança de valor.

8 Contas a receber de clientes

	2016	2015
Segmentos comercial e residencial	3.424	2.720
Segmento industrial	41.264	37.339
Fornecimento de gás medido e não faturado	47.296	35.762
Equipamentos	884	686
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.188)	(3.740)
	88.680	72.767

Os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), representa seu valor justo.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	2016	2015
A vencer	84.761	67.932
Até três meses	3.558	4.720
De três a seis meses	361	115
Acima de seis meses	4.188	3.740
	92.868	76.507

As movimentações na provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2016	2015
Em 1º de janeiro	3.740	3.083
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	728	1.443
Recuperação de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(280)	(786)
Em 31 de dezembro	4.188	3.740

A totalidade dos créditos com clientes que possuam dívidas vencidas há mais de seis meses é objeto de provisão para devedores duvidosos. A partir 30 dias de atraso ao pagamento da fatura os clientes industriais, comerciais e GNV tem o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes residenciais, o fornecimento é suspenso a partir de 60 dias de atraso.

Os valores inferiores a R\$ 6 são baixados das contas a receber após o prazo de 180 dias.

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil das contas a receber demonstrado acima. A Companhia não ofereceu nenhum título como garantia.

Caso todas as contas a receber vencidas e não impaired fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda adicional de R\$ 3.919 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (em 2015 de R\$ 4.835).

9 Estoques

	2016	2015
Produtos para revenda	433	431
Almoxarifado	757	797
Matérias-primas	4	2
	1.194	1.230

10 Tributos a recuperar

	2016	2015
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	1.911	2.801
PIS – Programa de Integração Social	1.750	2.179
COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	8.636	10.617
IRRF a compensar	179	1.507
IRPJ a compensar		1.756
CSLL a compensar	2.578	5.505
Outros	4	2
Total	15.058	24.367
Circulante	11.135	17.773
Não circulante – Realizável a longo prazo	3.923	6.594

Os créditos de ICMS, PIS e COFINS são decorrentes das compras de gás, materiais, equipamentos e insumos para a construção das redes de gás e serão recuperados com impostos devidos nas operações normais da Companhia. A parcela não circulante refere-se a impostos na compra de ativos imobilizados para a infraestrutura.

11 Partes relacionadas

Os saldos e operações com as partes relacionadas podem ser sumariados como segue:

(a) Saldos

	2016	2015
Ativo circulante – Partes relacionadas		
Gas Natural Distribucion Latinoamerica S.A (a)		2.518
		2.518
Passivo circulante – Partes relacionadas		
Cia. Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG (b)	47	111
Gas Natural Distribucion Latinoamerica S.A. (a)	1.758	974
Gas Natural Fenosa Engineering Brasil S.A. (c)		33
	1.805	1.118

(b) Transações

Despesas operacionais	2016	2015
Serviços corporativos		
Cia. Distribuidora de Gas do Rio de Janeiro – CEG (b)	1.108	1.202
Serviços de uso de software		
Gas Natural Informatica, S.A. (d)	1.063	385
Royalties		
Gas Natural Distribucion Latinoamerica S.A (a)	5.712	2.580
	7.883	4.167

(a) Em 5 de agosto de 2009, foi averbado pelo INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) o contrato com a Gas Natural Distribución Latinoamérica S.A. referente à transferência de conhecimentos técnicos e experiências (royalties), e seu valor é calculado pela aplicação da alíquota de 7% sobre o resultado operacional líquido, observando o limite máximo de 1% sobre o faturamento líquido. Em 2 de setembro de 2014, foi averbado pelo INPI o termo aditivo contratual, com validade até Mai/2018.

(b) Referem-se, substancialmente, a obrigações com a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG por serviços técnicos e administrativos prestados à Companhia.

(c) O saldo a pagar a Companhia Gas Natural Fenosa Engineering Brasil S.A. refere-se a serviços de engenharia prestados a GNSPS.

(d) O serviço de uso de software refere-se ao contrato com a Gas Natural Informática S.A. para uso de direitos dos softwares corporativos da Companhia relativo à atividade operacional.

Remuneração do pessoal chave da administração

A Administração da Companhia é efetuada de forma compartilhada com outras empresas do grupo e os custos correspondentes ao tempo dos diretores corporativos a serviço da Companhia são reembolsados por meio de notas de débito e estão incluídos nos montantes de serviços corporativos acima demonstrados, nos respectivos exercícios.

12 Débitos restituíveis

Em 03 de julho de 2002, a Companhia firmou contrato de compra e venda de gás natural importado (Contrato Convencional) com a Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A.

Em 1º de dezembro de 2012, firmou aditivo nº 01 a este contrato e em complemento firmou na mesma data o Contrato firme de compra e venda de gás natural (Contrato firme inflexível). Ambos os contratos apresentavam cláusulas prevendo quantidades mínimas a serem retiradas e transportadas, denominadas SOP e TOP, onde SOP ou Remuneração Mínima de Reserva Anual (RMRA) significa a remuneração mínima anual paga à Petrobrás pela reserva do Gás à Distribuidora e TOP ou Retirada Mínima Anual (RMA) significa o valor do compromisso de retirada do Gás da Distribuidora, sendo recuperável em até doze meses após término do contrato.

Tais créditos encontram-se registrados conforme demonstrado a seguir:

	2016	2015
Ativo não circulante – realizável a longo prazo		
Capacidade de transporte paga e não utilizada (<i>Ship or Pay-SoP</i>)		328
		328

Em 30 de junho de 2014 o contrato de compra e venda de gás natural importado foi encerrado.

De acordo com a cláusula 10.6.4 do referido contrato, um valor pago de SOP anual somente seria recuperável quando houvesse simultaneidade na recuperação de um valor pago de TOP Anual, caso não ocorresse essa simultaneidade, a recuperação poderia ser feita ao final do contrato, isto é, julho de 2014, extensivo ainda a 12 meses, ou seja, julho de 2015.

Pela cláusula 10.6.6, a Companhia perdeu o direito de recuperar esse SOP, sendo assim o referido valor de R\$ 328 foi baixado em 2016.

Em 15 de dezembro de 2016 foram celebrados os termos aditivos: nº 1 ao Contrato Compra e Venda de Gás Natural (Contrato firme inflexível) com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e o Aditivo nº 2 ao Contrato de Normas Gerais, no qual as partes acordaram: (i) a prorrogação da vigência do contrato, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2021; e (ii) alteração dos principais compromissos contratuais de SOP e TOP para Encargo de Capacidade (EC) e Retirada Mínima Mensal (RMM), respectivamente.

Por esses Aditivos, a GNSPS se compromete: (i) a cada ano de sua vigência, a retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente mês, a 70% da QDC – compromisso Retirada Mínima Mensal (RMM) – antigo ToP para o ano de 2016 a 2021; (ii) a cada ano de sua vigência, a retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar um Encargo de Capacidade (antigo SOP) do correspondente mês, a 90% da QDC – para o ano de 2016, 95% para 2017 e 100% para os demais anos.

Segue demonstrada a previsão de compra de gás até o final do contrato em m³:

2017	2018	2019	2020
416.100.000	416.100.000	438.000.000	439.200.000

13 Ativos fiscais diferidos

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos fiscais diferidos apresentam-se como segue:

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	4.791	1.725	6.516
Diferenças temporárias do exercício	5.038	1.814	6.852
Diferenças temporárias Conta Corrente/Ativo Regulatório	(11)	(4)	(15)
Realização de ativos diferidos por:			
Reversões de provisões não dedutíveis no passado	(5.575)	(2.007)	(7.582)
Realização prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	(655)	(236)	(891)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.588	1.292	4.880
Diferenças temporárias do exercício	11.391	4.101	15.492
Realização de ativos diferidos por:			
Reversões de provisões não dedutíveis no passado	(11.147)	(4.013)	(15.160)
Realização prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	(726)	(261)	(987)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.106	1.119	4.225

(b) Período estimado de realização

Os valores dos ativos fiscais diferidos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	2016	2015
2016		2.635
2017	2.282	2.245
2018	1.943	
	4.225	4.880

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

(c) Movimentação

	Provisão para devedores duvidosos	Provisão para contingências	Fornecedor governo	Conta corrente Ativo regulatório	Ativo diferido	IR e CS diferidos sobre:	
						Prejuízo Fiscal e Base Negativa	Total
Em 31 de dezembro de 2015	157	1.891	573	117	1.155	987	4.880
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	139	(97)	501	4	(215)	(987)	(655)
Em 31 de dezembro de 2016	296	1.794	1.074	121	940		4.225

(d) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2016		2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	63.363	63.363	19.365	19.365
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente	(15.841)	(5.703)	(4.841)	(1.743)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	6.858	2.469	2.431	875
Adições, líquidas	(343)	(123)	(321)	(116)
Incentivos fiscais	39		27	
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(9.287)	(3.357)	(2.704)	(984)
Do exercício	(8.805)	(3.184)	(1.441)	(529)
Diferidos	(482)	(173)	(1.263)	(455)
	(9.287)	(3.357)	(2.704)	(984)
Alíquota efetiva	15%	5%	14%	5%

14 Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos (a)	Servidões de passagem (b)	Software (c)	Contrato de concessão	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	291.551	1.480	562	318.199	611.792
Aquisições			2.018	59.049	61.067
Baixas			(130)	(130)	(130)
Amortização	(18.911)	(74)	(290)	(14.829)	(34.104)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	272.640	1.406	2.290	362.289	638.625
Custo total	535.828	2.056	7.625	485.810	1.031.319
Amortização acumulada	(263.188)	(650)	(5.335)	(123.521)	(392.694)
Saldo contábil, líquido	272.640	1.406	2.290	362.289	638.625
Saldos em 1º de janeiro de 2016	272.640	1.406	2.290	362.289	638.625
Aquisições			2.690	35.871	38.561
Baixas			-	-	-
Amortização	(18.911)	(74)	(705)	(16.440)	(36.130)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	253.726	1.332	4.275	381.720	641.056
Custo total	535.828	2.056	10.315	521.681	1.069.880
Amortização acumulada	(282.099)	(724)	(6.040)	(139.961)	(428.824)
Saldo contábil, líquido	253.729	1.332	4.275	381.720	641.056
Taxas anuais de amortização (%)	4	3	20	11,2	-

(a) Contrato de concessão possui um custo de aquisição no valor de R\$ 535.825 referentes ao contrato firmado entre a GNSPS e o Estado de São Paulo em 31 de maio de 2000, onde a Companhia passou a deter o direito de abastecer 93 municípios na região sul do estado de São Paulo com gás natural canalizado. Este valor é amortizado linearmente em 28 anos, a partir de fevereiro de 2002, data em que os benefícios começaram a ser gerados.

(b) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

(c) Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

Os bens vinculados à concessão sujeitos a reversão no final do prazo da concessão, conforme previsto no contrato de concessão, estão compostos abaixo.

			2016	2015
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil líquido	Saldo contábil líquido
Terrenos	445		445	445
Edificações e obras civis	1.192	(1.031)	160	118
Rede de gás	469.259	(131.214)	338.046	332.192
Máquinas e equipamentos	4.597	(3.077)	1.521	1.309
Equipamentos de informática – Hardware	2.442	(2.330)	112	132
Móveis e utensílios	732	(655)	77	88
Veículos	2.081	(1.374)	708	247
Benfeitorias em imóveis de terceiros	759	(280)	479	320
Obras em andamento (i)	40.173		40.173	27.438
	521.681	(139.961)	381.720	362.289

(i) As "Obras em andamento" referem-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede dos municípios paulistas de Alumínio, Boituva, Botucatu, Cerquillo, Itapetininga, Itu, Laranjal Paulista, Mairinque, Porto feliz, Salto, São Roque, Sorocaba, Tatui, Tietê e Votorantim, de acordo com as obras de expansão dos segmentos residencial e comercial. Enquanto houver potencial de clientes, estas obras continuarão a existir em regime de continuidade.

Em 2015, a Companhia investiu R\$ 59.049, sendo que 91% dos investimentos foram destinados à construção de infraestrutura de distribuição, e o restante, que soma cerca de R\$ 6 milhões, foi destinado à manutenção da rede e demais gastos operacionais da Companhia. Em 2016, a Companhia investiu R\$ 35.871, sendo que 82% dos investimentos foram destinados à construção de infraestrutura de distribuição, e o restante, que soma cerca de R\$ 7,1 milhões foi destinado à manutenção da rede, substituição de medidores, execução de projetos e demais gastos operacionais da Companhia.

15 Diferido

	Conversão – transformação de aparelhos	Instalações internas – captações	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015		5.246	5.246
Amortização		(2.651)	(2.651)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		2.595	2.595
Custo total	575	44.461	45.036
Amortização acumulada	(575)	(41.866)	(42.441)
Saldo contábil, líquido		2.595	2.595
Saldos em 1º de janeiro de 2016		2.595	2.595
Amortização		(1.419)	(1.419)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		1.176	1.176
Custo total	575	44.461	45.036
Amortização acumulada	(575)	(43.285)	(43.860)
Saldo contábil, líquido		1.176	1.176
Taxas anuais de amortização (%)	10	10	

16 Empréstimos e financiamentos

	2016	2015
Empréstimo e financiamentos	100.000	69.072
Encargos provisionados sobre financiamentos	3.142	2.785
Total	103.142	71.857
Circulante	(73.251)	(2.384)
Não circulante – Exigível a longo prazo	29.891	69.473

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de levar gás para novos municípios. Operações clean, sem garantias e sem covenants. A Companhia terminou o ano com um custo médio de 108,4% do CDI.

O valor justo dos empréstimos e financiamentos atuais é equivalente ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores contábeis baseiam-se no saldo de empréstimos e financiamentos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

	2016		2015		
	Lc (*)	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Em moeda nacional					
Banco ING	X	40.345		769	39.473
Banco Mizuho	X	1.983	29.891	1.615	30.000
Banco Intensa		30.923			
		73.251	29.891	2.384	69.473

(*) Lc – Linha de crédito

Os vencimentos dos empréstimos a longo prazo são os seguintes:

	2016	2015
2018	29.891	39.473
2019		30.000
	29.891	69.473

17 Fornecedores

	2016	2015
Fornecedor de gás	30.104	33.010
Fornecedores de materiais e serviços	5.511	8.019
Retenções contratuais	1.687	3.949
	37.302	44.978

18 Tributos a pagar

	2016	2015
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	3.321	5.251
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte	51	57
Outros	1.334	1.256
	4.706	6.564

19 Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas (subsidiariamente às empreiteiras de serviços), cíveis e outros, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. A avaliação da necessidade de provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos é efetuada pela Administração, amparada na opinião de seus consultores legais internos e externos. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 contemplam provisão para contingências, no montante de R\$ 5.312 (em 2015 de R\$ 5.599) para fazer face às perdas prováveis.

A provisão para contingências cobertas por depósitos judiciais é composta como segue:

Provisões	2016	2015
Trabalhistas (a)	2.643	2.638
Cíveis (b)	2.669	1.830
Regulatória (c)		1.131
	5.312	5.599

Saldo em 31 de dezembro de 2015	5.599
Adições	1.189
Baixas	(2.016)
Atualizações monetárias	540
Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.312

Os depósitos judiciais totalizam R\$ 1.029 (em 2015 de R\$ 910).

Depósitos judiciais	2016	2015
Trabalhistas (a)	271	266
Cíveis (b)	523	487
Fiscais	232	147
Penhora judicial	3	10
	1.029	910

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

(a) Trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se às ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade subsidiária. A quantidade destas ações é demonstrada da seguinte forma:

	2016	2015
Quantidade de ações movidas por ex-empregados terceiros	53	63
	53	63

Os contratos junto às empreiteiras de serviços possuem cláusulas determinando que essas demandas sejam suportadas exclusivamente pelas prestadoras de serviços. Adicionalmente, as seguintes garantias alternativas são exercidas: (i) pacto de retenção de 5% do valor máximo do contrato; e (ii) apresentação de seguro ou fiança bancária, por parte da contratada, para cobrir eventuais perdas.

(b) Cíveis

(i) Decorrentes de serviços prestados por terceiros a clientes da Companhia

As eventuais demandas são suportadas por cláusulas contratuais onde, havendo inércia injustificada na solução por parte das contratadas, a Companhia poderá efetuar a quitação financeira junto aos seus clientes e subsequentemente se ressarcir com redução nos pagamentos para as prestadoras de serviços.

(ii) Decorrentes de sinistros contra a Companhia

Em decorrência do contrato de concessão, é mantida apólice de seguros com cobertura de riscos de responsabilidade civil e riscos operacionais.

(c) Regulatória

Foi revertida a contingência regulatória referente à ação movida pela ARSESP sobre a cobrança de valores retroativos da taxa de fiscalização, tendo em vista que foi aceita no processo – pelo qual o Regulador pretende receber os valores de supostas diferenças de taxas dos anos 2008 a 2013 – fiança bancária, garantindo o Juízo.

(d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Não existem outros processos trabalhistas sendo avaliados como risco de perda possível em 31 de dezembro de 2016, todos os processos foram avaliados como risco de perda provável. Em 31 de dezembro de 2015 o montante de processos avaliados como risco de perda possível era R\$ 87.

Existem processos tributários que não estão provisionados, por estarem classificados como chance de êxito possível pelos consultores jurídicos. Os valores dessas contingências totalizam R\$ 5.870 em 31 de dezembro de 2016 e referem-se, principalmente, a Auto de Infração e Imposição de Multa lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo em que se imputam à Companhia as seguintes infrações: recebimento de crédito acumulado de ICMS sem autorização e observância dos requisitos previstos na Portaria CAT nº 26/2010 e apresentação de Guias de Informação e Apuração do ICMS – GIAs com indicação incorreta de informação econômico-fiscal no que se refere aos créditos do Programa de Ação Cultural – PAC.

20 Compromisso com o poder concedente

De acordo com o Contrato de Concessão firmado em 31 de maio de 2000, entre a GNSPS e o Estado de São Paulo, no âmbito da Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE, sucedida a partir de 7 de dezembro de 2007 pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, a Companhia assumiu o compromisso de prestar o serviço de distribuição de gás natural canalizado para 93 município na região sul do Estado, onde não havia serviço de distribuição de gás. Ao final do exercício de 2016 a Companhia atende a 20 municípios por meio de uma rede de 1,6 mil km de extensão.

O plano de investimentos da Companhia aprovado na 2ª Revisão Tarifária, para o quinquênio 06/2010-05/2015, previu um montante de investimento correspondente a R\$ 88.063 mil (moeda de abril de 2010, data da apresentação da proposta para a Revisão Tarifária ao Regulador conforme contrato de concessão), tendo sido realizado 60% deste valor durante o ciclo tarifário.

Já em relação à 3ª Revisão Tarifária, para o quinquênio 06/2015-05/2020, encontra-se com o processo regulatório suspenso, pendente de definição por parte do regulador, sem prazo para conclusão.

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2016 é composto por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	2016	2015
Gas Natural Distribucion Latinoamerica S.A.	595.799.876	595.799.876
Sergio Manuel Aranda Moreno	1	1
	595.799.877	595.799.877

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Os titulares das ações têm direito a um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a absorção de prejuízos acumulados e constituição da reserva legal.

Em março de 2016, o acionista Gas Natural Internacional SDG S.A. passou a se denominar Gas Natural Distribución Latinoamérica S.A.

21.2 Reserva de lucros e lucros acumulados

(a) Reserva legal

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social e 30% do capital acrescido da reserva de capital. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia. Até o ano de 2010 a Companhia constituiu reserva de expansão, com a finalidade de financiar parte dos investimentos de períodos posteriores. Em função da estrutura de capital da Companhia apresentada no final do exercício, não foi constituída reserva de expansão em 31 de dezembro de 2016.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	50.719	15.677
Constituição da reserva legal	(2.536)	(784)
Base de cálculo dos dividendos	48.183	14.893
Dividendos	27.431	9.723
Distribuição proposta:		
Juros sobre o capital próprio a pagar	27.431	9.723
Dividendos a pagar		5.170
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	57%	100%

A Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2016 aprovou a distribuição dos dividendos adicionais sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 5.170.

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de dezembro de 2016, aprovou o pagamento de JCP no montante de R\$ 27.431, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP. O saldo remanescente, no valor de R\$ 20.752, permaneceu no patrimônio líquido da Companhia e terá a destinação atribuída pela Assembleia Geral de Acionistas que será realizada em abril de 2017.

22 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2016	2015
Vendas de gás	586.145	533.322
Contratos de construção	30.802	53.707
Outras receitas	649	427
Total receita bruta	617.596	587.456
(-) Deduções da receita Bruta	(124.605)	(113.192)
Receita líquida	492.991	474.264

Em maio de 2015, encerrou-se o 3º ciclo regulatório tarifário, no entanto, por questões externas à GNSPS, não houve o encerramento do processo de revisão tarifária coordenado pela ARSESP, o qual reajustaria o nível das margens de distribuição praticadas pela concessionária até maio de 2020. Tal processo encontra-se suspenso judicialmente sem previsão de data para a resolução.

Para o ano de 2016, as tarifas de gás da Gas Natural São Paulo Sul sofreram duas atualizações:

- A partir de 1º de fevereiro, conforme homologado através da Deliberação ARSESP 623/2016, foram atualizados o valor do preço do gás e do transporte contido nas tarifas-teto vigentes, bem como o valor da parcela de repasse de todos os segmentos, exceto GNV. Tal atualização tem embasamento na Deliberação ARSESP 308/2012.
- A partir de 31 de maio, conforme homologado através da Deliberação ARSESP 650/2016, foram atualizados os valores das Margens de Distribuição através do IGP-M (+10,63%), índice acumulado de Abril/2015 a Abril/2016, o valor do custo do gás e do transporte contido

nas tarifas-teto vigentes, o valor unitário referente ao fator K e o valor da parcela de repasse de todos os segmentos. O termo de ajuste k é utilizado para corrigir os desvios anuais existentes entre a margem máxima autorizada pelo regulador e a margem obtida pela concessionária e será aplicado anualmente somente quando a margem obtida pela concessionária exceder a margem máxima autorizada pelo regulador.

23 Custo do serviço

	2016	2015
Compra de gás e de serviços	(307.204)	(324.863)
Custo dos contratos de construção	(30.802)	(53.707)
Custo de pessoal	(3.258)	(2.772)
Custo de amortização do intangível	(16.005)	(14.328)
	(357.269)	(395.670)

24 Resultado financeiro, líquido

	2016	2015
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.015	3.110
Outras receitas financeiras	1.898	1.308
	3.913	4.418
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(10.381)	(3.780)
Comissões e tarifas de cobrança	(28)	(30)
Fiança bancária	(524)	(358)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(1.005)	(369)
Outras despesas financeiras	(804)	(718)
	(12.742)	(5.255)
	(8.829)	(837)

25 Despesas gerais e administrativas

	2016	2015
Despesa de pessoal	(2.516)	(3.125)
Utilidades, materiais e serviços	(3.353)	(2.778)
Serviço de manutenção	(7.347)	(5.972)
Serviços de profissionais independentes e contratados	(14.887)	(13.719)
Publicidade e propaganda	(968)	(1.310)
Despesas com royalties (i)	(6.776)	(2.965)
Aluguéis	(708)	(631)
Amortizações do intangível e diferido (Notas 14 e 15)	(21.544)	(22.427)
	(58.099)	(52.927)

(i) A variação nas despesas de royalties é decorrente do aumento na base de cálculo dos royalties, que é calculada mediante aplicação das alíquotas estipuladas em contrato, 7% sobre o resultado operativo ou 1% sobre o faturamento líquido, o que for menor. Em 2015, o resultado operativo foi inferior, o que fez com que as despesas de royalties fossem menores.

26 Outras despesas operacionais, líquidas

	2016	2015
Outras despesas gerais/operacionais	810	905
Penalidades e indenização a terceiros	1.201	728
Gastos com P&D (i)	924	516
Ajuste de inventário de gás natural	(584)	(1.625)
Viagens e estadias	50	208
Despesas com equipamentos vendidos	736	706
Receita de vendas de equipamentos	(899)	(680)
Outras receitas operacionais		(1)
Impostos e taxas (ii)	3.267	3.437
Provisões (iii)	(827)	8
Perdas e recuperação de créditos	753	1.263
	5.431	5.465

(i) Referem-se aos gastos incorridos com o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética aprovados pela ARSESP (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo).

(ii) Referem-se aos valores de taxa de fiscalização da ARSESP (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo) e outros impostos não recuperáveis.

(iii) Refere-se a provisões para contingências trabalhistas, cíveis e regulatórias. Em 2016 foi revertida a contingência regulatória referente à ação movida pela ARSESP sobre a cobrança de valores retroativos da taxa de fiscalização, tendo em vista que foi aceita no processo – pelo qual o Regulador pretende receber os valores de supostas diferenças de taxas dos anos 2008 a 2013 – fiança bancária, garantindo o Juízo.

27 Cobertura de seguros

A Companhia possui programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de limitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operação. A cobertura foi contratada por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e com base na orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Importâncias seguradas (não auditado)	
Ramos	2016	2015
Responsabilidade civil atribuída aos conselheiros, diretores e administradores (*)	4.000	4.000
Responsabilidade civil atribuída à Companhia	81.826	50.038
Danos materiais	316.708	163.307
Lucros cessantes	92.422	108.872

(*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas no Brasil do Grupo Gas Natural Fenosa.